

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

3.º ANNO

DO CURSO DE BACHARELADO

1.ª Cadeira — Direito Civil	3
Prof. Dr. <i>Andrade Bezerra</i>	
2.ª Cadeira Direito Penal	12
3.ª Cadeira — Direito Commercial	15
Prof. Dr. <i>Joaquim Amazonas</i>	
4.ª Cadeira Direito Internacional Publi- co	23
Prof. Dr. <i>Odilon Nestor</i>	



ANNO 1938

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

3.º ANNO

DO CURSO DE BACHARELADO

1.ª Cadeira — Direito Civil	3
Prof. Dr. <i>Andrade Bezerra</i>	
2.ª Cadeira Direito Penal	12
3.ª Cadeira — Direito Commercial	15
Prof. Dr. <i>Joaquim Amazonas</i>	
4.ª Cadeira Direito Internacional Publico	23
Prof. Dr. <i>Odilon Nestor</i>	



ANNO 1938

TERCEIRO ANO

DIREITO CIVIL

Dr. Andrade Bezerra

LEI DE 1912 - PARTE ESPECIAL

1. A Lei de 1912, conhecida como a Lei de Registo Civil, estabelece o sistema de registo civil em Portugal, criando o Registo Civil e o Registo Commercial, e determinando as suas attribuições e a forma de funcionamento.

2. O Registo Civil tem por objecto a consagração e a conservação da verdade dos factos da vida civil, e a sua importância reside na garantia da segurança jurídica e na prevenção de litígios.

3. A Lei de 1912 estabelece a obrigatoriedade do registo civil para todos os actos da vida civil, e a falta de registo implica a inexistência do acto para os efeitos da lei.

4. O Registo Civil é dividido em Registo Civil Geral e Registo Civil Especial, e a sua organização e funcionamento são regulados por legislação específica.

5. A Lei de 1912 estabelece a responsabilidade dos registos civis e a forma de fiscalização e controle da sua actividade.

6. A Lei de 1912 estabelece a forma de publicação e de acesso aos registos civis, e a sua importância reside na garantia da publicidade e da transparência da actividade registral.

7. A Lei de 1912 estabelece a forma de extinção e de conservação dos registos civis, e a sua importância reside na garantia da segurança jurídica e na prevenção de litígios.

8. A Lei de 1912 estabelece a forma de extinção e de conservação dos registos civis, e a sua importância reside na garantia da segurança jurídica e na prevenção de litígios.

9. A Lei de 1912 estabelece a forma de extinção e de conservação dos registos civis, e a sua importância reside na garantia da segurança jurídica e na prevenção de litígios.

10. A Lei de 1912 estabelece a forma de extinção e de conservação dos registos civis, e a sua importância reside na garantia da segurança jurídica e na prevenção de litígios.

ANO 1912

TERCEIRO ANO

1. CADEIRA

DIREITO CIVIL

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Andrade Bezerra

(TERÇAS, QUINTAS E SABADOS ÀS 9 HORAS)

OBRIGAÇÕES — PARTE ESPECIAL

I. — Contrato e ato jurídico. 2. Em que diferem dos direitos reais. 3. Proposta e seus efeitos. 4. Consentimento ou aceitação.

II - 5. Contrato preliminar. 6. Requisitos do contrato. 7. Capacidade, sua divisão e efeitos. 8. Do encontro das vontades, sua forma externa. 9. Consentimento expresso e tácito.

III - 10. Atos nulos e anuláveis. 11. Da lesão. 12. Proposta por intermediário. 13. Proposta entre presentes e ausentes. 14. Retratação da aceitação. 15. Contratos por correspondência.

IV. — 16. Objeto do contrato. 17. Causas futuras; pactos sucessórios. 18. Forma dos contratos. 19. Contratos realizados no estrangeiro. 20. Contrato em alto mar. 21. Contratos entre o governo e o particular.

V. — 22. A causa nos contratos. 23. Interpretação dos contratos. 24. Irrevogabilidade dos contratos. 25. Obrigatoriedade dos contratos quanto às partes, seus herdeiros e sucessores. 26. Do distrato.

VI — 27. Classificação dos contratos. 28. Atos do devedor em fraude de credores. 29. Anulação desses atos; requisitos. 30. Da insolvência civil.

VII — 31. Nulidade e confirmação. 32. Nulidade e anulabilidade. 33. Ato bilateral e contrato bilateral. 34. Excepção *non adimpleti contractus*. 35. Clausula resolutória expressa e pacto comissório tácito. 36. Arras.

VIII — 37. Estipulações em favor de terceiros. 38. História, definição e elementos. 39. Diversas teorias. 40. Relações entre o estipulante e o promitente. 41. Posição do beneficiário. 42. Importância social do instituto.

IX — 43. Vícios redibitórios. 44. Relação entre a teoria dos vícios redibitórios e as do erro e do risco. 45. Extensão do dever de garantir os vícios da coisa. 46. Perecimento fortuito da coisa com o adquirente. 47. Extinção da obrigação de garantia.

X — 48. Evicção, seus requisitos. 49. Renúncia do direito de garantia. 50. O que deve ser prestado ao evicto. 51. Denúnciação de litúgio ao evicto alienante. 52. Extinção do direito de garantia.

XI — 53. Contratos aleatórios. 54. Conceito romano e moderno. 55. Relações dos contratantes. 56. Do quasi-contrato como fonte de obrigações. 57. Conceito moderno do quasi-contrato. 58. Diferenças do contrato. 59. Que espécies compreende.

XII. — 60. Da vontade unilateral como fonte de obrigações. 61. Antecedentes ao direito moderno.

XIII — 62. Solução dos códigos modernos. 63. Do título á ordem, do título ao portador e da promessa de recompensa.

XIV. — 64. Ato ilícito, seu efeito, reparação e solidariedade. 65. Responsabilidade direta, seus requisitos. 66. Do fato imputável. 67. Da culpa, 68. Do dono patrimonial e moral.

XV. — 69. Casos de responsabilidade direta. 70. Teoria objetiva do risco criado.

XVI. — 71. Responsabilidade indireta. 72. Responsabilidade das empresas de transporte

XVII. — 73. Responsabilidade por acidentes no trabalho. 74. Responsabilidade das pessoas jurídicas.

XVIII. — 75. Responsabilidade civil do Estado.

76. Responsabilidade mixta dos hoteleiros. 77. Responsabilidade civil e criminal.

XIX. — 78. Liquidação da obrigação resultante de ato ilícito. 79. Extensão da indenização.

XX. — 80. Evolução histórica do contrato de compra e venda. 81. Definição desse contrato. 82. Quando o contrato é perfeito e acabado. Da tradição:

XXI. — 83. Arras, arrependimento. 84. Capacidade das partes. 85. Objeto do contrato; cousas futuras, venda aleatória, venda de herança, venda de coisa indivisa. 86. Venda de coisa de outrem.

XXII. — 87. Forma de contrato de compra e venda. 88. Do preço. 89. Condições na venda. 90 Pacto *in diem addictio*. 91. Pacto *displicentiae*.

XXIII. — 92. Pacto comissório. 93. Pacto *de retrovendendo*. 94. Pacto de preferência. 95. Riscos e cómodos antes da tradição. 96. Riscos depois da tradição.

XXIV. — 97. Consequências da regra dos riscos. 98. Obrigações do vendedor. 99. Da entrega da coisa. 100. Das ações de garantia Evicção. Vícios redibitórios. 101. Obrigações do comprador. 102. Imposto de transmissão.

XXV. — 103. Da lesão. 104. Espécies particulares de vendas. 105. Conceito e evolução da troca. 106. Em que difere da compra e venda. 107. Consensualidade da permuta. 108. Ações de garantia na permuta.

XXVI. — 109. Evolução da doação no direito romano. 110. Natureza jurídica da doação. 111. Definição e caracteres da doação. 112 A doação como ato de comércio; sua cessibilidade. 113. Classificação das doações. 114 Quando a doação começa a ser contrato. Aceitação.

XXVII. — 115. Capacidade para doar. 116. Capacidade para receber doações. Donatários futuros. 117. Objeto da doação. Bens presentes e futuros. Reserva do usufruto. 118. Forma das doações e seu histórico. Insinuação.

XXVIII. — 119. — Revogação das doações, seus efeitos. 120. Da superveniência de filhos. 121. Doações inoficiosas. 122. Doações á concubina. 123. Doações em fraude de credores. 124, Modificação das doações por condições e encargos.

XXIX. — 125. Doações mútuas, indiretas e disfarcadas. 126. — Direitos e obrigações do doador e do donatário. 127. Doações *mortis causa*. 128. Doações para casamento. 129. Doações antenupciais. 130. Doações entre marido e mulher.

XXX. — 131. Definição e técnica do contrato de locação. 132. Natureza do contrato de locação. 133. Elementos do contrato de locação.

XXXI. — 134. Objeto do contrato de locação. 135. Do preço na locação. 136. Do consentimento e capacidade para a locação. 137. Divisão da locação quanto ao objeto. 138. Locação de cousas. 139. Obrigações do locador de cousas. 140. Obrigações do locatário. 141. Direitos do locatário.

XXXII. — 142. Termo da locação. 143. Perecimento total ou parcial da coisa locada. 144. Influência da morte no termo da locação. 145. A venda da coisa e a extinção da locação. 146. Arrendamento a longo prazo.

XXXIII. — 147. Recondução tácita. 148. Bemfeitorias do locatário. 149. Direito de sublocar. 150. Cessão de arrendamento.

XXXIV. — 151. Aluguel de casas. 152. Do despejo. 153. Da locação das propriedades *pro indiviso* e relações dos condôminos. 154. Arrendamento de prédios frugívoros. 155. Interpretação nos contratos de locação. 156. Modificações da locação por um termo ou condição.

XXXV. — 157. Locação de serviços: sua natureza jurídica. 158. O que se compreende na locação de serviços. 159. Subdivisão da locação de serviços. 160. Do serviço doméstico. 161. Serviços gratuitos.

XXXVI. — 162. Recondução tácita na locação de serviços. 163. Variedade da locação de serviços. 164. Da aprendizagem.

XXXVII. — 165. Questões relativas ao salário. 166. Causas de rescisão na locação de serviços. 167. Serviços liberais.

XXXVIII. — 168. Da empreitada. 169. Dos riscos da obra. 170. Direitos e obrigações do dono da obra e do empreiteiro.

XXXIX. — 171. Do contrato de transporte. 172. Obrigações do condutor. 173. Direitos do condutor. 174. Data de expedição. 175. Culpa do condutor.

176. Transporte cumulativo. 177. Da cessão no contrato de transporte.

XL. — 178. Do transporte nas vias férreas. 179. Da cláusula de não garantia. 180. Da responsabilidade das estradas de ferro em tráfego mútuo. 181. Do transporte de pessoas. 182. Dos tramways, ônibus e automoveis. 183. Casos em que a culpa das estradas de ferro não é contratual.

XLI. — 184. Do empréstimo. 185. Conceito do comodato. 186. O comodato contrato unilateral. 187. O comodato é contrato real. 188. Da promessa de comodato. 189. Capacidade do comodante. 190. Domínio e posse da coisa no comodato. 191. Vícios de consentimento no comodato.

XLII. — 192. Objeto do comodato. 193. Obrigações e direitos do comodatário. 194. Morte do comodatário. 195. Solidariedade de varios comodatários. 196. Efeitos da mora do comodante. 197. Caracteres gerais do comodato. 198. Diferenças entre o comodato e o precario, o mútuo, o uso, o usufruto e a doação.

XLIII. — 199. Conceito do mútuo. 200. Coisas que podem ser objeto do mútuo. 201. Elementos característicos do contrato. 202. Gratuidade do mútuo. 203. Estipulação de juro.

XLIV. — 204. O mútuo, contrato real. 205. Da promessa do mútuo. 206. Propriedade do objeto do mútuo. 207. Influencia do erro sobre a propriedade.

XLV. — 208. Requisitos do mútuo, capacidade, o *non dominus*. 209. Erro das partes sobre a natureza do contrato. 210. Forma de restituição no mútuo; mútuo de dinheiro e juros.

XLVI. — 211. Casos especiais do mútuo. 212. Obrigações e direitos do mutuário. 213. Direitos e obrigações do mutuante. 214. Do mútuo feito a menores. 215. Prova do mútuo; excepção *non numerate pecunie*.

XLVII. — 216. Definição e caracteres do depósito. 217. A tradição no depósito. 218. O que compreende. 219. Guarda da coisa no depósito. 220. Restituição no depósito. 221. — Restituição no depósito de dinheiro. 222. Diferença entre o depósito irregular e o empréstimo.

XLVIII. — 223. Gratuidade do depósito. 224. Depósito em bancos e outros estabelecimentos. 225. Di-

ferenças entre o depósito, o comodato, o mútuo e o mandato. 226. Espécies de depósito. 227. Unilateralidade do contrato de depósito. 228. Consentimento; efeitos do erro; capacidade; depósito de coisa alheia.

XLIX. — 229. Objeto do depósito. 230. Obrigações do depositário. 231. Obrigações do depositante. 232. A solidariedade no depósito. 233. Prova no depósito. 234. Como termina o contrato de depósito. 235. Do depósito necessário. 236. Do depósito nos hotéis. 237. Sequestro; sua definição. 238. Em que difere o sequestro do embargo e do arresto.

L. — 239. Conceção romana e moderna do mandato. 240. Critério da gratuidade e da representação. 241. Divisões do mandato. 242. Mandato comercial. 243. Do mandato oneroso e gratuito. 244. Mandato expresso, tácito e verbal.

LI. — 245. Mandato geral e especial. 246. Casos de mandato especial. 247. Procuração em causa própria. 248. Natureza do contrato de mandato; da aceitação do mandatário. 249. Capacidade das partes no contrato. 250. Quem pode ser procurador.

LII. — 251. Objeto do mandato. 252. Forma do mandato. 253. Obrigações do mandatário. 254. Relações do mandatário com o mandante e com terceiros. 255. Ratificação do mandato. 256. Excesso de mandato.

LIII. — 257. Extensão da responsabilidade do mandatário. 258. Solidariedade nos mandatários múltiplos. 259. Obrigações do mandante para com o mandatário e terceiros. 260. Substituição do mandato.

LIV. — 261. Terminação do mandato; revogação e renúncia. 262. Vícios do erro, do dolo, da violência. 263. Da assinação. 264. Das cartas de crédito. 265. Do contrato de *quotas litis*. 266. Dos contratos consigo mesmo.

LV. — 267. Definição e caracteres da gestão. 268. Casos de gestão. 269. Negócios que podem ser objeto de gestão. 270. A gestão de negócios civil e comercial. 271. Capacidade do gestor e do dono do negócio.

LVI. — 272. Forma da gestão. 273. Fundamentos do vínculo obrigacional entre o gestor e o dono do negócio. 274. Extensão e caracteres da responsabilidade do gestor. 275. Situação do gestor que é cre-

dor do dono do negócio. 276. Solidariedade entre credores mutuos. 277. Critérios do *utiliter gestum*.

LVII. — 278. Obrigações do dono do negócio. 279. Remuneração da gestão. 280. Solidariedade entre multiplos donos do negócio. 281. As pessoas juridicas de direito público e a gestão de negocios. 282. Efeitos da gestão ratificada e consequências da não aprovada. 283. Da ação de *in rem verso*. 284. Semelhanças e diferenças entre a gestão de negocios e o mandato.

LVIII. — 285. Direitos autorais em geral. 286. Prazo do gozo dos direitos autorais. 287. Natureza dos direitos autorais. 288. Usufruto de direitos autorais. 289. Casos de indivisão.

LIX. — 290. Obras teatrais; obras de colaboração. 291. Obras musicais e de arte. 292. Do registro. 293. Contrafação e plágio.

LX. — 294. Contrato de edição. 295. Direitos e obrigação do autor. 296. Direitos e obrigações do editor. 297. Da representação dramatica. 298. Transmissão de direito e obrigações a herdeiros. 299. Resolução e rescisão do contrato.

LXI. — 300. Da sociedade; sua divisão em civil e comercial. 301. Sociedade e associação. 302. Sociedade universal e particular. 303. Capacidade para contratar a sociedade.

LXII. — 304. Forma das sociedades civis. 305. Objeto licito. 306. Comunhão de interesses dos sócios. 307. Formas de sociedade. 308. Entradas, riscos e lucros. 309. Administração da sociedade.

LXIII. — 310. Obrigações e responsabilidade dos sócios. 311. Dividas particulares dos sócios; dividas da sociedade, e bens particulares dos sócios. 312. Concorrência dos credores dos sócios com os da sociedade.

LXIV. — 313. Causas de dissolução da sociedade. 314. Efeitos da dissolução da sociedade para terceiros e entre os sócios; partilha social. 315. Da parceria agricola e pecuária.

LXV. — 316. Das associações. 317. Da personalidade jurídica das sociedades. 318. Da dissolução das associações e suas consequências.

LXVI. — 319. Conceito do contrato de constituição de renda. 320. Fontes desse contrato. 321. For-

ma do contrato. 322. Espécie em que deve ser prestada a renda. 323. Beneficiário da renda. 324. Casos de extinção.

LXVII. — 325. Como se adquire o direito á renda. 326. Quando começa a obrigação de pagar a renda. 327. Necessidade da tradição. 328. Casos de rescisão e rescisão. 321. Garantias do devedor. 329. Encargos e condições do credor. 330. Influência da falência.

LXVIII. — 331. Do contrato de seguro. 332. Comêço da obrigatoriedade do contrato. 333. Requisitos e especies da apólice. 334. Transmissão da apólice; cessão. 335. Do conflito de apólices.

LXIX. — 336. Interpretação das cláusulas da apólice. 337. Do objeto do seguro; risco. 338. Do sinistro. 339. Do prêmio. 340. Do consentimento no contrato de seguro. 341. Declarações e obrigações do segurador.

LXX. — 342. — Seguro de cousa por valar superior ao real. 343. Seguro de insolvência. 344. Obrigações do segurador; avaliação do dano.

LXXI. — 345. Da subrogação no contrato de seguro. 346. Princípios dominantes no seguro; do res-seguro. 347. Do seguro mútuo e a prêmio fixo.

LXXII. — 348. Da sociedade seguradora. 349. Da reserva de prémios. 350. Autorisação do governo para os seguros mútuos. 356. Resolução, rescisão e nulidade do seguro.

LXXIII. — 352. Espécies de seguro. 353. Seguro contra fogo. 354. Do seguro de vida. 355. Como se fôrma o contrato de seguro de vida; partes que nele figuram; mutualidades. 356. — Operação do seguro de vida; das reservas técnicas. 357. Divisão dos seguros de vida. 358. Quem pode fazer o seguro de vida. 359. Do risco no seguro de vida.

LXXV. — 360. Do sinistro no seguro de vida. 361. Do valor no seguro de vida. 362. Revogabilidade do beneficio. 363. Cessão do seguro de vida. 364. Situação do beneficiário; natureza de seus direitos. 365. Da colação. 366. Do direito dos credores. 367. Subrogação no seguro de vida. 368. Resolução do contrato. 369. Fiscalização do governo sobre as companhias de seguro.

LXXVI. — 370. Jogo e aposta, suas diferenças.

371. Natureza dos contratos aleatórios. 372. Ineignibilidade da dividas do jôgo. 373. Compensação nas dividas do jôgo. 374. Mútuo para jôgo. 375. Efeitos da transação, do compromisso e da fiança nas dividas de jôgo e efeitos da aposta sobre o jôgo. 376. Pagamento da divida do jôgo pelo mandatário e pelo gestor.

LXXVII. — 377. A repetição na divida de jôgo. 378. Do dolo no jôgo. 379. Efeito do depósito da parada. 380. Quando as operações de Bolsa são jôgo. 381. A sorte e seus efeitos; os clubs de jôgo. 382. As loterias e as rifas.

LXXVIII. — 383. Caução e fiança. 384. Conceito do contrato de fiança. 385. Espécies e objeto da fiança. 386. Consequências da natureza jurídica da fiança; casos de nulidade.

LXXIX. — 387. Capacidade para ser fiador. 388. Efeitos da fiança em geral. 389. Efeitos da fiança entre o credor e o fiador, beneficios de excussão e de divisão. 390. Efeitos da fiança entre o fiador e o devedor.

LXXX. — 391. Recusa do fiador que paga a divida afiançada. 392. Caso em que pôde o fiador demandar o devedor antes de pagar a divida. 393. Do recurso nos casos de fiadores múltiplos. 394. Do recurso do fiador que é credor do afiançada por titulo extranho á fiança. 395. Causas de extinção da fiança. 396. Das cartas de crédito.

S. C. T., 15 de janeiro de 1938.

Andrade Bezerra.

TERCEIRO ANO

SEGUNDA CADEIRA

DIREITO PENAL

INTRODUÇÃO

Notícia synthetica dos postulados das tres es-
colas penaes.

Da pena. Evolução historica. Conceito.

Requisitos. Criterios de proporcionalidade entre
a pena e o delicto.

Historico da legislação penal brasileira.

Codigo criminal de 1830.

Penas nelle estabelecidas.

Modificações do Codigo Criminal.

Legislação penal da Republica.

Codigo penal de 1890.

Penas nelle estabelecidas.

Leis modificativas. Projecto Bergamini.

Penas da legislação anterior que foram elimi-
nadas do Codigo Penal da Republica.

Applicação das penas. Pluralidade de penas em
concurso com a pluralidade de crimes.

Valor da presumpção na applicação das penas.

Grãos da pena.

DOS CRIMES EM ESPECIE

Qual o systema de classificação adoptado no
Codigo Penal.

O crime politico. Historico.

Quaes os crimes politicos segundo o Codigo
Penal.

Dos crimes contra a existencia politica da Re-
publica.

Crimes contra a independencia, integridade e

dignidade da patria e outras figuras delictuosas do Tit. I do Código Penal.

Dos crimes contra a segurança interna da Republica:

Conspiração.

Sedição.

Tirada ou fugida de presos.

Desacato.

Dos crimes contra a tranquillidade publica:

Incendio.

Crimes contra a segurança dos meios de transporte e comunicação.

Crimes contra a saúde publica.

Dos crimes contra o livre gozo e exercicio dos direitos individuaes:

Crimes contra o livre exercicio dos direitos.

Contra a liberdade pessoal.

Contra o livre exercicio dos cultos.

Contra a inviolabilidade dos domicilios.

Contra a liberdade do trabalho.

Dos crimes contra a bõa ordem e administração publica:

Prevaricação.

Falta de exacção no cumprimento do dever.

Peita ou suborno.

Concussão.

Peculato.

Abuso de autoridade e irregularidade de comportamento.

Dos crimes contra a fé publica.

Moedas falsas.

Falsidade.

Dos crimes contra a fazenda publica:

Contrabando.

Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das familias:

Violencia carnal.

Rapto.

Lenocinio.

Adulterio.

Ultrage publico ao pudor.

Dos crimes contra a segurança do estado civil:

Polygâmia.

Parto suposto e outros fingimentos.

Subtracção, occultação e abandono de menores.

Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida:

Homicídio.

Infanticídio.

Suicídio.

Aborto.

Lesões corporaes.

Duello.

Dos crimes contra a honra e a bôa fama:

Calúnia.

Injúria.

Dos crimes contra a propriedade publica e particular:

Damno.

Furto.

Estellionato, e outras figuras delictuosas.

Dos crimes contra a pessoa e a propriedade.

Roubo.

Das extorsões.

DAS CONTRAVENÇÕES EM ESPECIE

Violação das leis de inhumação e profanação dos tumulos e cemiterios.

Jogo de azar. Loterias e rifas.

Das casas de emprestimo sobre penhores.

Do fabrico e uso de armas.

Das contravenções do perigo commun.

Do uso de nome supposto, titulos indevidos e outros disfarces.

Das sociedades secretas.

Do uso illegal da arte typographica.

Da omissão de declarações no registro civil.

Do damno ás cousas publicas.

Dos mendigos e ebrios. Dos vadios.

Faculdade de Direito do Recife, em 11 de Janeiro de 1938.

O Professor cathedratico no exercicio da cadeira

Dr. Sarriano Neto.

TERCEIRO ANO

TERCEIRA CADEIRA

Direito Comercial

PARTE GERAL

1

Comercio. Origens e desenvolvimento. Conceito e Divisões.

2

Institutos Auxiliares do Comercio.

3

O Direito Comercial: formação e historia, conceito e caracteres.

4

Unificação do Direito Privado ou a tendencia á fusão do Direito Civil e do Commercial em um só corpo de Direito.

5

Fontes do Direito Commercial. Relações com outras ciencias. Conteúdo do Direito Commercial.

6

Teória geral dos atos de comercio. Noções jurídica e economica do ato de comercio.

7

Divisão dos atos de comercio: os atos objetivos e os subjetivos de comercio. Os chamados atos mixtos. A teória dos atos de comercio por conexão Os atos de comercio em direito brasileiro.

AS PESSOAS

8

O comerciante: capacidade e incapacidade para commerciar. A mulher casada; os menores; os interditos; as pessoas de direito publico. Os prohibidos de commerciar.

9

Deveres do commerciante. Firma e registo da mesma. Livros do commerciante: sua escrituração e força probante.

10

Representação e mandado commercial. Mandato geral e mandado especial.

11

Pessoas auxiliares do commercio: o Gerente; os representantes geraes de firmas ou empresas estrangeiras; os commissarios, consignatarios e agentes; outros empregados.

12

Pessoas auxiliares do commercio: preposição ou contrato de emprego. Direito a ferias e á estabilidade no emprego Despedida injusta.

13

Os medeadores commerciaes: corretores e leiloeiros.

14

Pessoas juridicas: as sociedades em geral e especialmente as commerciaes. Noção e especies. Elementos fundamentais do contrato.

15

As sociedades de fato.

16

Sociedade de pessoas: caracteres próprios. As sociedades em nome coletivo.

17

As sociedades em comandita simples. As de capital e industria. As em conta de participação.

18

As sociedades por c6tas e capital limitado. Noção, origem e historia. Organisação e direção. Direito comparado.

19

Sociedades de capital: a) anonimas. Noção, origem e historia.

20

Sociedades anonimas: constituição. Systemas varios. Formalidades especiais. Formação do capital: ações e suas especies. Administração e fiscalisação.

21

Sociedade de capital: b) as comanditas por ações. Constituição, Formação do capital. Administração e fiscalisação.

22

Sociedades de capital variavel: as cooperativas e as de mutualidade.

23

Sociedades sem capital.

24

Fusão e incorporação de sociedades. Dissolução das sociedades: liquidação e divisão do ativo.

AS COISAS

25

O estabelecimento comercial: compreensão. Transferencia do estabelecimento a outrem. Proibição de se estabelecer novamente o transferente. Concorrência desleal.

26

Mercadorias: qualidade e quantidade. Valor de troca.

27

O dinheiro e o credito: generalidades. Credito confirmado. Credito contra documentos.

28

Titulos de credito: nominativos e á ordem. Emissão e circulação dos mesmos titulos. Direitos reais sobre tais titulos. Vencimento e pagamento. Renovação e amortisação.

29

Titulos de credito: teoria geral dos titulos ao portador. Debentures.

30

A cambial e seu conceito: historia da cambial. Caracteres da obrigação cambial.

31

Especies de cambial: a) a letra de cambio e seus requisitos. Direito comparado.

32

Saque, aceitação e aval da letra de cambio. Transferencia da propriedade da letra de cambio: endosso, suas especies e efeitos.

33

Vencimento e pagamento da letra de cambio. Protesto por falta de aceitação ou de pagamento da letra de cambio. Direito de regresso. Acção cambial e suas formalidades.

34

Especies de cambial: b) a nota promissoria. seu conceito e requisitos: Semelhança e diferenças em relação á letra de cambio:

35

Cambial com firmas de incapazes. Cambial com firmas falsas ou falsificadas. Emissão, endosso e aval de cambias por mandatario:

36

Do cheque; sua historia e importancia. Requisitos do cheque. O cheque crusado.

37

Cheque circular: seu aparecimento, regulamentação e funções.

38

O trabalho industrial e sua proteção: desenhos e modelos.

39

O trabalho industrial e proteção: marcas de fabricas e patentes de invensão.

40

O nome comercial e o direito ao seu uso. Transmissão e perda do nome comercial

OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

41

Conceito das obrigações, em geral: as obrigações commerciaes e suas fontes.

42

Teoria geral dos contratos: capacidade e incapacidade das partes. Requisitos essenciaes do contrato.

43

Conclusão dos contratos entre presentes: proposta e aceitação. Formas dos contratos commerciaes e sua prova.

44

Possibilidade da conclusão do contrato por correspondencia: historia da questão. Momento de formação do contrato por correspondencia, segundo a teoria da informação.

45

Momento de formação do contrato por correspondencia, segundo a teoria da agnição. Sub-teorias.

46

Momento de formação do contrato por correspondencia: a teoria de Windscheid e Bluhme. A teoria de Koepen.

47

Conclusão do contrato por correspondencia: o interesse das controversias sob o ponto de vista do Direito Internacional Privado.

A vontade unilateral como fonte geradora de obrigações.

Os contratos em especie:

a) a compra e venda mercantil. As faturas ou contas assinadas do direito brasileiro e sua regulamentação especial.

b) os contratos de bolsa: 1) o contrato de riporto.

2) os contratos a termo. A venda de cousas futuras. 3) os contratos diferenciaes.

c) os contratos de abertura de credito e de conta corrente.

d) o contrato de deposito. Deposito regular e deposito irregular. Deposito de dinheiro em bancos.

e) o contrato de deposito em armazens geraes. Os armazens geraes, sua organização, funções e vantagens. Sistema diversos de organização. Warrants.

f) os contratos de garantia: 1) o de penhor; 2) o de fiança.

56

g) o contrato de seguros: sua origem e historia.
Elementos e forma do contrato.

57

Especies de seguro. Seguros sobre a vida e contra os danos.

58

h) o contrato de transporte, especialmente o ferro viario, tanto de pessoas como de mercadorias.

59

i) o contrato de subministração de serviços publicos.

60

Da prescrição em materia comercial.

OBSERVAÇÃO. Serão fornecidos aos alunos, quando a materia o exigir, esquemas ou sumarios do ponto, no dia da aula.

Recife, 3 de Janeiro de 1938.

Dr. Joaquim I. de Almeida Amazonas
Professor Catedratico.

TERCEIRO ANO

QUARTA CADEIRA

Direito Internacional Publico

1

Origem e fundamento do direito internacional publico. — As doutrinas. — O sujeito de direito em direito Internacional. — Direito internacional publico e direito internacional privado.

2

Sociedades interestataes. — Sociedades superestataes. — Sociedades extra-estataes. — O controle de legalidade e as sancções do direito internacional.

3

O Estado: seus elementos constitutivos. — Delimitação das competencias estataes. — Estabelecimento da competencia estatal.

4

Modificações das competencias. — Occupações do territorio. — Annexações; seus efeitos. — Substituições temporarias de competencia. — Serviços internacionaes.

5

A colonização. — Doutrina classica. — Regulamentação da colonização. — O protetorado. — Modalidades. — Os mandatos.

6

O federalismo e suas formas. — Construcção juridica do federalismo. — As uniões administrativas.

— Uniãoes pessoaes. — Uniãoes reaes. — O Estado federal.

7

A Sociedade das Nações. — Natureza juridica da Sociedade das Nações. — A organização da Sociedade. — A assembleia. — O conselho. — O secretariado. — Os organismos technicos.

8

A União Panamericana. -- Desenvolvimento do panamericanismo. -- Natureza juridica da União dos Estados americanos

9

As sociedades religiosas. — Evolução da Igreja catholica. — A Igreja no direito internacional — Doutrina classica. — A lei das garantias. — Os acordos de Latrão. — O Estado Vaticano.

10

As liberdades individuaes e collectivas. — Theoria objectivista. — Theoria do Direito commum internacional. — As “declarações de direito” em direito internacional.

11

Garantia da vida humana. — O asilo internacional. — A intervenção de humanidade. — Garantia da liberdade corporal — A escravidão negra. — A escravidão branca.

12

O livre commercio internacional. — A Conferencia de 1930. — O principio da “porta aberta”. — A autarchia economica. — Liberdade das migrações. -- Regulamentação da emigração e da immigração. — A liberdade de estabelecimento.

Protecção da propriedade privada. — A desapropriação. — As dividas de Estado. — Doutrina Drago e convenção Porter. — O regimen collectivista — O commercio, a propriedade e a guerra.

A nacionalidade em direito internacional. — A regulamentação. — As opções de nacionalidade. — As trocas de populações.

A protecção das minorias. — Natureza juridica do regimen. — A garantia constitucional e a internacional. — Determinações das minorias. — Collectividades minoritarias. — O estatuto das minorias.

O “direito dos povos”. — Significação e consequencias juridicas do principio. — Evolução historica e doutrinal. — Como elle se distingue do principio das nacionalidades. — Estabelecimento do principio do direito dos povos em direito positivo.

O costume e a legislação como expressão do Direito objectivo. — Caracteres da situação objectiva. — Os principios geraes do Direito. — Sua assimilação ao costume geral. — A jurisprudencia como fonte formal do Direito.

O acto-regra em direito internacional. — O acto unilateral; o acto bi ou multi-lateral; o acto colectivo. — O acto legislativo unilateral em Direito privado internacional e em Direito publico interestatal.

Os tratados-leis. — Natureza jurídica do tratado-lei. — O instrumento e o conteúdo. — Fundamento da validade dos tratados-leis. — Validade dos tratados impostos pela violência.

O domínio de obrigação dos tratados legislativos. — Efeitos da legislação convencional na ordem jurídica interestatal dos governos signatários. — A questão da promulgação. — Supremacia dos tratados sobre as leis constitucionaes.

O problema do efeito dos tratados em relação aos "terceiros", -- Processos normaes de expansão do direito positivo convencional, -- A clausula da nação a mais favorecida. -- Efeitos juridicos. -- Domínio de applicação.

O problema de invalidação dos tratados-leis -- A abrogação explicita do direito convencional. -- A incompatibilidade das normas ou abrogação implicita. -- O desuso do direito convencional. -- A clausula *rebus sie stantibus*. -- Theoria da revisão.

Competencia dos governos legisladores. A competencia dos governantes segundo as formas do Estado. A competencia contitucional do legislador internacional e o direito interno. -- Technica formal da elaboração do direito positivo convencional.

Competencia legislativa da Sociedade das Nações. O -- Conselho. O poder constituinte. A Assembleia: natureza de sua competencia. A legislação organica. -- A legislação technica. -- A legislação internacional do trabalho.

25

A codificação do direito internacional. — Vantagens e inconvenientes da codificação. — Os methodos da codificação. — Os esforços feitos. — A doutrina. — As realizações.

26

Direito preventivo da guerra antes de 1914. — Bons officios e mediação. — As commissões internacionais de syndicancia. — A arbitragem.

27

Direito preventivo da guerra depois de 1914. — Conciliação, arbitragem internacional, justiça internacional. — A Corte de Justiça Internacional de Haya.

28

Outras disposições do direito preventivo da guerra. — Controle do commercio das armas. — Problema do desarmamento. — O pacto de Paris.

29

A guerra. — Sua definição. — O direito de guerra: suas fontes. — Violações do direito de guerra.

30

Começo da guerra. — Efeitos do começo de guerra em relação aos Estados. — Influencia da guerra sobre as relações juridicas dos subditos inimigos.

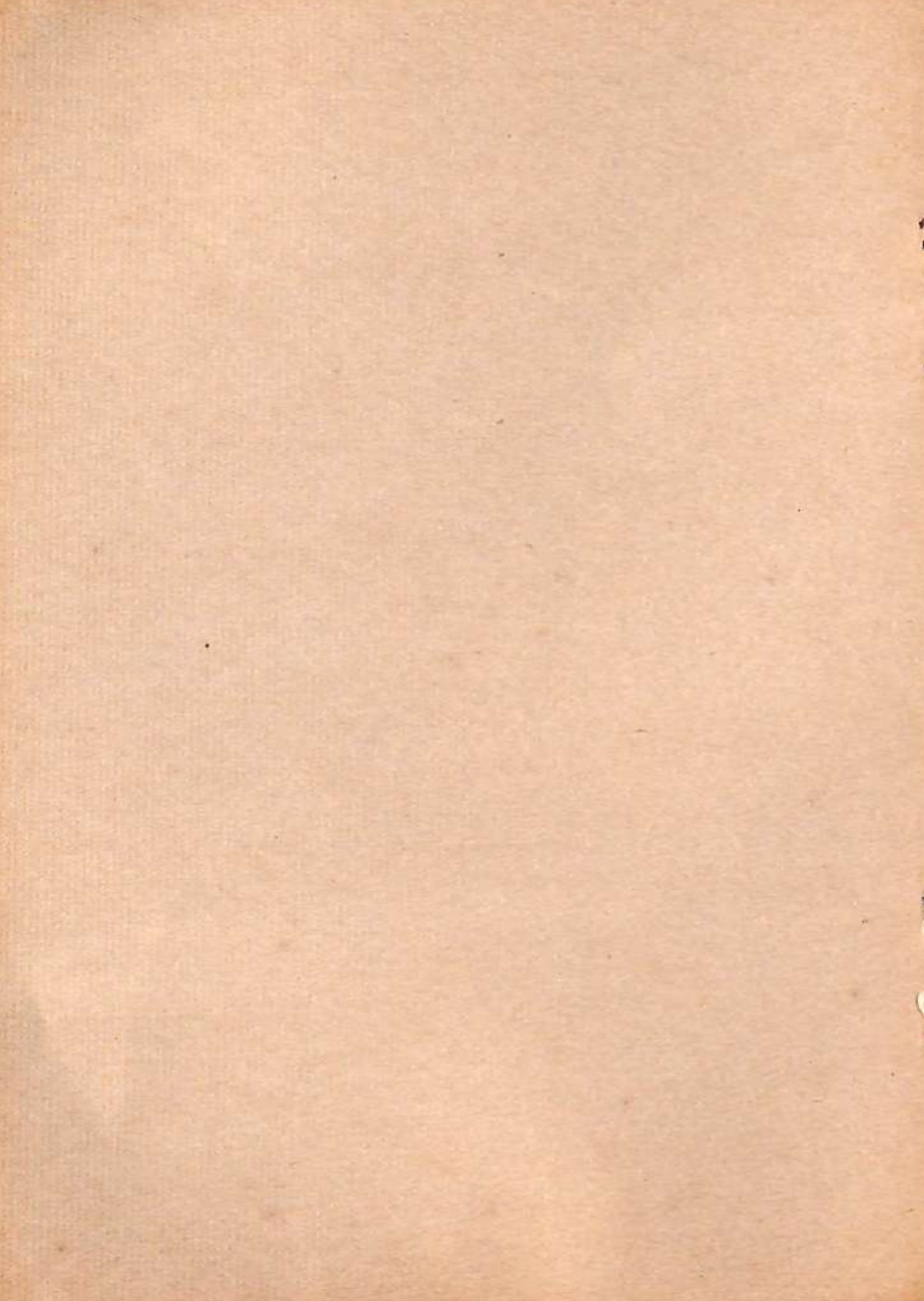
31

Fim da guerra: — Tratados de paz. — Indemnizações de guerra.

Cada ponto deste programma deverá ser explicado em duas ou mais prelecções

Em 8 de Janeiro de 1938.

ODILON NESTOR
Prof. Cathedratice.



CURSO DE BACHARELADO

HORARIO DAS AULAS

1.º Anno MATERIAS	PROFESSORES Doutores	DIAS E HORAS Salas 1 e 3					
		2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabad.
Introdução à Sc. do Direito Economia Politica Direito Romano	J. J. Almeida	14	14	14	14	14	14
	Alfredo Freyre	15	15	15	15	15	15
2.º Anno MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabad. Sala 2
Direito Civil Direito Penal D. Constitucional S. das Finanças	Dr. Gondim Neto		14		14		14
	Dr. Octavio Tavares	10		10		10	
	Dr. Luiz Guedes	9	9	9	9	9	9
3.º Anno MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabad. Sls. 2 e 3
Direito Civil Direito Penal D. Commercial D. P. Internacional	Dr. Andrade Bezerra	13		13		13	
	Dr. Joaquim Amazonas		14		14		14
	Dr. Odilon Nestor	8		8		8	
4.º Anno MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabad. Sls. 1 e 4
Direito Civil D. Commercial D. J. Civil Medicina Legal	Dr. Soriano Neto	11		11		11	
	Dr. Mario Castro	9	8	9	8	9	8
	Dr. Edgar Altino		15		15		15 Sala 4
5.º Anno MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabad. Sala 5
Direito Civil D. J. Civil D. J. Penal	Dr. J. G. C. Gondim Filho	10		10		10	
	Dr. Pedro Palmeira		10		10		10
	Dr. Genaro Guimarães	8		8		8	
D. Administrativo D. Int. Privado D. Industrial	Dr. Annibal Freire	11		11		11	
	Dr. Loreto Filho		11		11		11
		13		13		13	13

Aprovado em sessão do Conselho Technico Administrativo de 29 Janeiro de 1938
Secretaria da Faculdade de Direito do Recife em 29 de Janeiro de 1938

Jayme Reguiera Costa
SECRETARIO